



# BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



## Amortecedor quebrado

A convocação de Ana Cristina Valle, ex-mulher do presidente Jair Bolsonaro e mãe de Jair Renan, foi, para os bolsonaristas raiz, um indício de que o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, vende gato por lebre. Ele havia dito para o presidente que a missão da CPI da Covid estava cumprida.

## A confusão da vez

Daqui para frente, cada vez mais se verá uma queda de braço entre os senadores da CPI. Um grupo encabeçado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) quer levar adiante o trabalho. Outro, mais ligado ao governo, prefere encerrar o mais rápido possível e vai cobrar do relator, Renan Calheiros (MDB-AL), a promessa de apresentar o relatório até o final da próxima semana.

## Diagnóstico dos experientes

Na abertura do seminário “Um Novo Rumo para o Brasil”, os três ex-presidentes — Michel Temer, Fernando Henrique Cardoso e José Sarney, nesta ordem — afastaram a hipótese de ruptura institucional no país. “A situação é de relativa tranquilidade, apesar de tudo”, disse FHC, ao passo que Temer e Sarney lembraram que a tradição do Brasil é de soluções pacíficas.

## Termômetro militar

Mediador do debate, o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim foi enfático ao dizer que os militares não querem entrar nessa de ruptura e/ou crise institucional.



# Quase uma greve por verbas

A definição de uma agenda comum entre Senado e Câmara dos Deputados não vai resolver o problema do governo, ou seja, acelerar a pauta das reformas. A insatisfação está no baixo clero, que já fez as contas e descobriu que cada aliado do governo recebeu algo em torno de R\$ 10 milhões em emendas extras e foram liberados mais de R\$ 5 bilhões. Ou seja, uns levaram mais do que outros. O final do ano está chegando e o estresse daqueles ávidos pelas emendas também.

Em tempo: o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a dizer a alguns deputados que não adiantava colocar as propostas do governo em pauta, porque o Senado não estava interessado em levar adiante os textos da Câmara. Porém, diante da turma que deseja ser contemplada com as emendas de RP9, a aposta de um grupo expressivo de parlamentares é que o problema é a falta dessas mesmas emendas.

**PODER /** Alcolumbre resiste em convocar sabatina do ex-ministro da Justiça para vaga no STF. Temor de rejeição pode ser razão da demora

# Mendonça segue esperando

» RAPHAEL FELICE

Mais de dois meses se passaram desde a aposentadoria do ministro Marco Aurélio de Mello, mas ainda não há previsão de quando o jurista André Mendonça, indicado do presidente Jair Bolsonaro para a cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF), será sabatinado. Na sessão de ontem da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadores governistas e de oposição cobraram do presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o agendamento da ida do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública para ser inquirido pelos parlamentares.

Alcolumbre, porém, permanece sem dar uma previsão de data, o que irritou vários colegas de Casa. Preocupado com possíveis empates nas votações do Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Álvaro Dias (Podemos-PR) afirmou que a avaliação de Mendonça deve ser pautada. “Não podemos ser responsabilizados por situações de impasse no Supremo, com empate em 5 a 5. É evidente que é um dever constitucional do Senado a sabatina e a deliberação em plenário. Os que são contrários, votem contrariamente, mas a gaveta não é o melhor lugar”. A posição de Álvaro Dias foi endossada por

senadores governistas, como Esperidião Amin (PP-SC) e Soraya Thronicke (PSL-MS).

Outro que cobrou do presidente da CCJ uma data para a sabatina foi Alessandro Vieira (Cidadania-SE). O líder do Cidadania apresentou questão de ordem exigindo de Alcolumbre uma justificativa formal para o fato de a sabatina ainda não ter sido pautada. “Quais são as razões republicanas para o maior retardo da história na sabatina de indicados? Não cabe ao Senado interferir na indicação, negociar nomes para indicação. Quais são os elementos que vossa excelência se nega a fazer o agendamento da sabatina”, questionou.

## Tranquilidade

Apesar da irritação dos senadores, até agora Bolsonaro não deixou transparecer qualquer indignação com o episódio. Em evento na última terça-feira, no Palácio do Planalto, o presidente esteve com Alcolumbre e chegou a dizer que estava com “saudades” do ex-presidente do Senado, que teve uma atuação pró-Palácio do Planalto, algo bem distante da postura adotada pelo atual comandante da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Para o cientista político e especialista em psicologia política, André Rosa, a demora de Alcolumbre ainda não ter definido a data da sabatina de Mendonça seria a

grande possibilidade de o indicado por Bolsonaro ser rejeitado pelos senadores que compõem a CCJ. E a insistência de parlamentares de oposição seria um indicativo disso — e justamente num momento em que o Palácio do Planalto vem colhendo seguidas derrotas no Senado, como a rejeição do impeachment do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, a pedido do presidente, e a devolução da MP que pretendia dificultar a remoção de conteúdos falsos e desinformativos da internet.

“O Alcolumbre tem medo de pautar uma sabatina e acontecer algo inédito. Não me recordo de um indicado que tenha caído numa votação tão simples”, salientou.

Ed Alves/CB/D.A Press - 1/2/21



Alcolumbre vem sendo cobrado por seus pares de oposição e governistas

# Câmara aprova quarentena eleitoral para policial e juiz

» AUGUSTO FERNANDES

O plenário da Câmara dos Deputados incluiu no texto do projeto de lei que propõe um novo Código Eleitoral a exigência de que magistrados ou membros do Ministério Público, guardas municipais, policiais militares, federais, rodoviários federais, civis e integrantes das Forças Armadas cumpram um período de quarentena para que possam concorrer em eleições.

A proposta é de que esses profissionais se afastem dos cargos quatro anos antes das eleições para ter o direito de disputar cargos eletivos. A mudança foi adicionada ao projeto de lei na noite de ontem, quando os deputados votaram destaques — sugestões de mudança — ao texto-base da proposta.

O texto ainda precisa do aval do Senado para entrar em vigor. Se também for aprovada pelos senadores, a norma será aplicada somente a partir de 2026. Até lá, continuará valendo o afastamento pela regra geral, em 2 de abril do ano eleitoral.

Houve um desgaste entre deputados e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Ele foi pressionado por parlamentares contrários ao exame da emenda, pois, segundo eles, a Câmara estaria votando um assunto já tratado anteriormente. Entretanto, o presidente da Casa não se opôs à votação, por entender que o novo texto não coincidia com a redação de destaque rejeitado na semana passada. A votação foi apertada, mas a emenda teve a aprovação de 273 deputados. Outros 211 foram contra.

O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) disse esperar “que o Senado faça a devida correção” ao que ele entende como violação regimental. “Com veemência, nós repudiamos o que aconteceu aqui nesta noite. Somos contrários a essa quarentena que foi aprovada por uma margem estreita de votos”, disse.

Os deputados que votaram a favor da quarentena destacaram que esse período de afastamento é necessário para evitar que a política interfira no trabalho de cada um dos profissionais atingidos pela medida. “Nós queremos preservar funções essenciais, como são as funções do Ministério Público, as funções da magistratura, as funções de forças de segurança, que exigem uma dedicação plena à sua atividade”, destacou Orlando Silva (PCdoB-SP).

## » Ex-presidentes: diálogo é a saída

Em seminário realizado ontem, os ex-presidentes Michel Temer, Fernando Henrique Cardoso e José Sarney defenderam o diálogo como o melhor caminho para a preservação da democracia. Durante o evento, Temer — mentor da “Declaração à Nação”, na qual o presidente Jair Bolsonaro recuou das ameaças que fez ao Supremo Tribunal Federal (STF) durante os atos do 7 de Setembro — afirmou que, na vida pública, “só não recua quem é ditador”. Já FHC disse não acreditar que, um dia, Bolsonaro venha a ter uma postura de respeito à Constituição. “Não dá para negar o fato de que o presidente tem arroubos que não são condizentes com o futuro democrático. Cabe a nós reavivar a necessidade de estarmos juntos em defesa da liberdade e da democracia”, disse. Sarney ressaltou a importância de o Brasil manter a tradição de ser um país que preza pela paz e pela conciliação. “Algumas vezes não chegamos a ser tão pacíficos, mas, na realidade, foi esse o desejo que nós sempre tivemos”.

Informe Publicitário

V. Ex.ª Ministra da Agricultura Tereza Cristina,

As organizações abaixo assinadas vêm por meio desta manifestar repúdio à nota do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em resposta à decisão do Senado de acolher sugestão legislativa que pede a proibição da exportação de animais vivos para abate no exterior. A referida nota, publicada no último dia 2 na Revista Oeste, não informa devidamente a sociedade sobre as condições em que se realizam o transporte marítimo e o abate dos animais nos países de destino, condições essas que causam intenso sofrimento físico e psicológico aos animais.

Os navios que transportam animais vivos a partir do Brasil são, em sua maioria, antigos e construídos originalmente para outros fins, ou seja, tiveram que ser adaptados. Muitos já foram detidos por autoridades governamentais ao menos uma vez por representarem um risco à segurança marítima. Não são raros os episódios de naufrágios e desastres ambientais envolvendo essas embarcações. Deficiências relacionadas a equipamentos e maquinários podem trazer implicações graves para o bem-estar dos animais transportados, comprometendo a ventilação dos decks de carga e o funcionamento das bombas de água, ocasionar atrasos nas viagens e, conseqüentemente, levar à escassez de alimento para os animais.

Nesse tipo de transporte, os animais ficam confinados em grande número e em espaços pequenos, imundos e insuficientemente ventilados por um longo período, o que pode causar estresse térmico e amplia a possibilidade de multiplicação de agentes patogênicos diversos. Cientes disso, autoridades agrícolas de diversos países exportadores têm buscado mitigar o problema. A Austrália, que é o maior exportador de animais vivos por via marítima do mundo, restringe as exportações de animais vivos para destinos no hemisfério Norte durante os meses de verão, e a União Europeia não permite que se transporte animais vivos, seja por terra ou mar, em temperaturas superiores a 30° C. A Instrução Normativa 46/2018, norma citada pelo MAPA em sua nota, sequer menciona o problema.

Quanto ao abate dos animais nos países de destino, é preciso deixar claro que ele costuma ser feito em condições incompatíveis com aquelas estabelecidas pela legislação brasileira e recomendadas pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE). Essa terrível realidade foi amplamente documentada em diversas investigações de diferentes organizações de proteção animal ao longo da última década em diferentes países do Oriente Médio e do Norte da África, os principais destinos dos animais exportados vivos a partir do Brasil. A IN 46/2018 nada diz sobre isso também.

Países como Nova Zelândia e Reino Unido, proibiram a exportação de animais vivos por via marítima ainda em 2021 por entenderem que não é possível garantir o bem-estar dos animais no transporte uma vez que eles deixam o território nacional. Na União Europeia, as discussões sobre a matéria encontram-se em estágio bastante avançado. Esperamos que a ministra escute os anseios da população brasileira e siga o exemplo de países que têm levado a sério as conversas sobre os problemas dessa atividade e que já estão tomando atitudes sobre isso.

Mercy For Animals  
Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal  
Princípio Animal